

CORREIO FLUMINENSE

POR DÉBORAH GAMA

Divulgação/IF



O IDHM Educação passou de 0,623 para 0,770

Estado avança 7,3% no IDHM e consolida recuperação social

O estado do Rio de Janeiro alcançou IDHM de 0,819 em 2024 e passou a ocupar a faixa de muito alto desenvolvimento humano, segundo o Radar IDHM 2024. O levantamento foi elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado confirma uma trajetória de recuperação no período mais recente. Entre 2021 e 2024, o índice fluminense subiu de 0,763 para 0,819. O avanço nominal foi de 0,056 ponto, o que representa crescimento de 7,3%, uma vez que, em 2012, o IDHM do estado era de 0,755. O Rio é uma das dez unidades da Federação que alcançaram a faixa de muito alto desenvolvimento humano.

Brasil atinge marca histórica

No cenário nacional, o Brasil chegou a 2024 com IDHM de 0,805. Com o resultado, o país entrou pela primeira vez na faixa de muito alto desenvolvimento humano. O Radar IDHM 2024 também aponta redução das desigualdades raciais ao longo da série histórica. Entre 2012 e 2024, o desenvolvimento humano da população negra cresceu 10,3%, ritmo quase duas vezes maior que o registrado pela população branca, que teve alta de 5,5%.

Divulgação



Novo modelo é coordenado pelo GSI-RJ

Governo cria sistema de inteligência

O Sistema de Inteligência Estratégica do Estado do Rio de Janeiro foi instituído pelo governador em exercício, desembargador Ricardo Couto, e publicado no Diário Oficial desta quarta-feira (27). Será responsável por integrar órgãos estaduais para fortalecer a produção de informações estratégicas, apoiar a tomada de decisões do Poder Executivo e ampliar a proteção institucional do estado. Coordenado pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI-RJ), o sistema tem participação das secretarias de Polícia Militar, Polícia Civil, Defesa Civil e órgãos, como Proderj e o Detran-RJ.

Novo sistema

Entre as atribuições estão as análises estratégicas, a identificação de ameaças e riscos à continuidade dos serviços públicos, a proteção de infraestruturas críticas do estado, o apoio à gestão de crises e o compartilhamento seguro de informações entre os órgãos integrantes. O modelo prevê também a criação de um canal próprio de inteligência, com controle de acesso, criptografia e mecanismos de auditoria.

Vacina infantil

A Secretaria de Saúde do Rio convoca pais a atualizarem a caderneta de vacinação infantil. No primeiro semestre de 2026, a cobertura da BCG (79,8%) e da Hepatite B (78,7%) ficou abaixo das metas oficiais. O estado e cinco municípios prioritários planejam buscas ativas para ampliar o acesso aos imunizantes.

Avistar baleias

Niterói sediará nesta quinta (29) um seminário sobre o turismo de observação na Baía de Guanabara. O evento, no Caminho Niemeyer, debaterá regras e a criação de um selo da Marinha para certificar embarcações de passeios. O foco é estruturar a atividade e as saídas para avistar baleias-jubarte na região.

Banheiro neutro

A Alerj aprovou o projeto da deputada Índia Armelau (PL) sobre banheiros neutros em espaços públicos e privados. O texto teve 29 votos a favor e 13 contra, seguindo para o governador. A medida prevê multa de R\$ 5,4 mil para quem descumprir e foi criticada por Dani Balbi (PCdoB), que promete ir à Justiça.

Mulher no trânsito

Também foi aprovado o projeto da deputada Martha Rocha (PDT) que cria a campanha "Mulher no Volante Segurança Constante". O texto, que segue para sanção do governador, visa combater o preconceito e o assédio no trânsito por meio de canais de denúncia, cartazes informativos e ações de conscientização.

Protestos na BR-101

Dois operários morreram após serem baleados pela PM no Jardim Catarina, em São Gonçalo, nesta quarta (27). Os agentes disseram ter confundido ferramentas com uma arma. O caso gerou protestos de moradores, que fecharam a BR-101. As mortes de Marcelo Silva e Edivan Assis são investigadas pela corporação.

Saúde indígena

Maricá inaugurou uma Unidade de Saúde Indígena na Aldeia Mata Verde Bonita e a primeira Sala Lilás da cidade na USF Inoã II. As entregas fizeram parte do aniversário de 212 anos do município. Os espaços contam com equipes multiprofissionais e visam o atendimento humanizado e especializado.



São contempladas áreas em estado de calamidade pública

CCJ aprova R\$35 milhões para regiões afetadas

Verba vai ajudar 20 prefeituras, com repasses de R\$1,75 milhão

Da Redação

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Alerj aprovou, nesta quarta-feira (27), parecer favorável ao Projeto de Lei 7.658/26, de autoria do presidente da Casa, deputado Douglas Ruas (PL), e do vice-presidente, Guilherme Delaroli (PL), que destina R\$35 milhões do Fundo Especial da Assembleia a municípios em situação de calamidade pública. Ao todo, 20 prefeituras deverão receber os recursos, com repasses de cerca de R\$1,75 milhão para cada uma.

Os valores transferidos deverão ser aplicados, obrigatoriamente, em ações emergenciais nas áreas de assistência social, saúde e recuperação de infraestrutura urbana e rural afetadas por desastres naturais. Para terem acesso aos recursos, os municípios precisarão estar em situação de emergência ou estado de calamidade pública homologados pelo Governo do Estado e publicados no Diário Oficial até o dia 19 de julho de 2026.

A medida se soma à Lei nº 11.166/26, de autoria original de Delaroli com a coautoria aberta aos demais parlamentares, que já garante o envio de quase R\$30 milhões para outras 17 cidades. Ao todo, serão quase R\$65 milhões destinados a 37 municípios para ações emergenciais nas áreas de assistência social, saúde e recuperação da infraestrutura danificada pelos temporais.

"Não poderíamos ficar indife-

rentes diante da situação enfrentada por essas cidades. Apresentamos o projeto para garantir uma resposta rápida da Alerj aos municípios atingidos, permitindo apoio às famílias afetadas e à recuperação dos danos causados pelas chuvas. É uma medida de responsabilidade e solidariedade com a população fluminense", afirma Douglas Ruas.

Durante a reunião da CCJ, o deputado Luiz Paulo (PSD) destacou que a fiscalização da aplicação dos recursos ficará sob responsabilidade do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), mas ressaltou que a própria Alerj poderá acompanhar a destinação das verbas aos municípios. "Quem fará a fiscalização será o TCE, mas, como são recursos da Casa destinados aos municípios, a Alerj também poderá acompanhar essa aplicação", diz o parlamentar.

Municípios beneficiados

Neste novo projeto, serão beneficiados os municípios de Aperibé, Bom Jardim, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Casimiro de Abreu, Magé, Mesquita, Nova Iguaçu, Paraíba do Sul, Rio Bonito, Rio Claro, São José de Ubá, Varre-Sai, Cachoeiras de Macacu, Itaiva, São Fidélis, Japeri, Cardoso Moreira, Pinheiral e Resende.

"Sabemos das dificuldades enfrentadas pelos municípios e da necessidade de uma ação efetiva do poder público", conclui o vice-presidente da Alerj, Guilherme Delaroli.